

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2ª Sessão Ordinária de 2022

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 15/02/2022, págs. 1/22)

Dia: 22/02/2022

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3
Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

- 1) Aprovação da Ata da 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022).

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

Pedido de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

- 2) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001384/2010-68 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Trabalho
Embargado: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Objeto: Visa apurar o cumprimento, pelo Ministério Público do Trabalho, do disposto na Resolução CNMP nº 06/2006, com as alterações da Resolução CNMP nº 34/2009, com edição de ato normativo interno no qual conste as atribuições de todos os cargos comissionados.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista na 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 (12/05/2020)

- 1) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00700/2019-01
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Irregularidades. Criação de diversos cargos em comissão. Prejuízo aos aprovados em concurso público para provimento de cargos de Técnico e Analista Ministerial.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Piauí
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 6ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 – Continuação (16/06/2020)

- 2) Proposição nº 1.00448/2018-14
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta no âmbito do Ministério Público brasileiro, no exercício do poder disciplinar.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedido de Vista na 7ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 – Continuação (30/06/2020)

- 3) Pedido de Providências nº 1.00800/2019-39
Requerente: Conselho Regional de Serviço Social da 3ª Região
Advogada: Sabrine Tams Gasperin – OAB/CE nº 42.863
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Alegação de atuação irregular de Membro da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapajé na área de Infância e Juventude. Alegação de ofensa referente à atuação profissional de assistente social. Suposta violação à Recomendação CNMP nº 33/2016.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Ceará
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2020 (13/10/2020)

- 4) Pedido de Providências nº 1.00675/2019-58
Requerente: Lília Emília Ferreira
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Interessado: Pedro Eugenio Beltrame Benatti
Advogado: Alexandre Iunes Machado – OAB/GO nº 17275
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Desconstituição de atos realizados. Inquérito Civil Público nº 005/2019 – Autos 2019.0008.4667. Irregularidades em busca e apreensão. Pedido de impedimento e suspeição de membro da 5ª Promotoria de Justiça de Caldas Novas. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Goiás
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedidos de Vista na 5ª Sessão Ordinária de 2021 (13/04/2021)

- 5) Pedido de Providências nº 1.00448/2020-75
Requerente: Misael Silva Nogueira
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Amapá
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00657/2020-37
Requerente: Abel José Rodrigues Neto
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Interessados: Eduardo Jorge Hiluy Nicolau; Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão
Advogada: Isabella Boguea de Assis – OAB/MA nº 11.932
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Anulação. Portarias nº 66572020, nº 66322020, nº 66652020 e nº 66662020, editadas pelo Procurador-Geral de Justiça. Designação de Promotor. Desrespeito ao princípio do Promotor Natural. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Maranhão
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 9ª Sessão Ordinária de 2021 (08/06/2021)

- 7) Proposição nº 1.00415/2021-60
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público brasileiro, e dá outras providências.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Pedido de Vista na 1ª Sessão Extraordinária do Plenário Virtual de 2021 (14/07/2021)

- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)
- Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n.º 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.
- Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2021 (10/08/2021)

- 9) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00645/2020-85
- Requerente: Vanessa Fernandes Queiroga Pita
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Concurso público para provimento de cargos. Analista do Ministério Público, área de Comunicação Social. Manutenção de servidores em cargos comissionados. Prejuízos à nomeação dos candidatos aprovados.
- Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Alagoas
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

- 10) Reclamação Disciplinar nº 1.00121/2021-84 (Recurso Interno)
- Recorrente: Brian Epstein Campos
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
- Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima
- 11) Reclamação Disciplinar nº 1.00582/2021-57 (Processo Sigiloso)
- Requerente: Leonardo Maia Nascimento
Advogados: Guilherme Moacir Favetti – OAB/DF nº 48734; Rafael Thomaz Favetti – OAB/DF nº 15435
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Interessados: Ministério Público do Estado do Pará; Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Pará.
- Relator(a): Corregedoria Nacional
Origem: Pará
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Cons. Daniel Carnio Costa

- 12) Reclamação Disciplinar nº 1.00768/2021-60 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Advogados: Alberto Zacharias Toron – OAB/SP nº 65371; Fernando da Nobrega Cunha – OAB/SP nº 183378
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Pará.
Relator(a): Corregedoria Nacional
Origem: Pará
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Cons. Daniel Carnio Costa
- 13) Reclamação Disciplinar nº 1.01326/2021-50
Requerente: José Antonio dos Santos Medeiros
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator(a): Corregedoria Nacional
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 14) Proposição nº 1.00328/2018-90
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Distrito Federal
- 15) Proposição nº 1.00509/2018-25
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal

- 16) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00520/2018-21 (Recurso Interno)
Recorrente: Germano Cardoso Sociedade Individual de Advocacia
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Representação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. Alegação de que a contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação é ilegal e lesiva ao patrimônio público. Descumprimento da Recomendação CNMP nº 36/2016. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Maranhão
- 17) Proposição nº 1.00891/2018-03
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Interessado: Associação Brasileira dos Advogados Previdenciários
Advogado: Donne Pisco – OAB/DF n.º 22.812
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Não intervenção do Ministério Público em contratos particulares firmados entre advogados e seus constituintes. Ausência de interesse de incapazes, interesse público ou social.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 18) Proposição nº 1.01141/2018-59
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução CNMP n.º 14/2006. Acréscimo do parágrafo 5º ao artigo 16. Proibição de realização de entrevista pessoal reservada nos concursos de ingresso na carreira do Ministério Público brasileiro.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
- 19) Proposição nº 1.00461/2019-18
Requerente: Lauro Machado Nogueira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamento de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do Ministério Público.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
- 20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00158/2020-03 (Processo Sigiloso)
Requerente: Jaime Romaquelli
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Controle do Ato nº 256/2019-PGJ. Suspensão da nomeação de Promotores para atuação na esfera judicial, através do GAECO. Proibição de atuação de membros do GAECO na fase Judicial desacompanhados do Promotor Natural. Determinação para criação de Promotorias Criminais com atribuições ao crime organizado, para atuação perante o Órgão Judicial. Pedido Liminar.
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Mato Grosso

- 21) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00751/2020-40
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Interessado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Abuso do direito de petição. Promoção de representação disciplinar temerária em face de membro da Advocacia Geral da União. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00310/2020-67. Portaria CNMP-CN nº 48/2020.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 22) Reclamação Disciplinar nº 1.00876/2020-43 (Recurso Interno)
Recorrente: Luis Carlos Barreto de Oliveira Alcoforado
Recorridos: Membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 23) Conflito de Atribuições nº 1.01006/2021-54
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Requerido: Procuradoria do Trabalho no Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Norte. Conflito de atribuições. Notícia de Fato nº 02.23.2080.0000026/2021-25. Inquérito Civil nº 000269.2021.21.000-3. Apuração de suposta irregularidade na utilização, pelos servidores do Instituto de Medicina Legal, do equipamento denominado “FLATSCAN DF-80 DV – Escâner de Raios X para Medicina Forense”, utilizado na realização de exames necroscópicos. Comarca de Natal.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Rio Grande do Norte

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 2ª Sessão Ordinária de 2019 (26/02/2019)

- 24) Proposição n.º 1.01083/2018-09
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do artigo 12, da Resolução n.º 92. Regimento Interno.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária de 2019 (26/11/2019)

25) Proposição nº 1.01065/2017-37

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 17ª Sessão Ordinária de 2020 (10/11/2020)

26) Proposição nº 1.00404/2020-72

Requerente: Sandra Krieger Gonçalves

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disciplina o uso da expressão “Ministério Público” e sua abreviatura como componente da denominação pública ou coletiva por entidades privadas.

Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

27) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00216/2020-53

Requerente: Maria Elda Fernandes Melo

Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Suspensão do pagamento da diferença entre o subsídio do cargo de Procurador de Justiça e do cargo de Promotor de Justiça que estejam exercendo cargos em comissão ou função de confiança na Administração Superior. Anulação da Portaria nº 98/2019/PGJ. Cumprimento da Resolução CNMP nº 09/2016. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 10ª Sessão Ordinária de 2021 (22/06/2021)

28) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00313/2018-77

Requerente: Associação Paraibana da Advocacia Municipalista

Advogado: Marco Aurelio de Medeiros Villar – OAB/PB n.º 12.902

Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba

Interessados: Associação Nacional dos Procuradores Municipais; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Paraíba; Federação de Associações de Municípios da Paraíba; Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional da Paraíba

Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF n.º 12.500; Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF n.º 20.522; Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF n.º 16.275; Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF n.º 19.979; Carlisson Djanylo da Fonseca – OAB/PB n.º 12.828

Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Controle. Recomendações para rescisões de contratos de prestação de serviços jurídicos firmados entre sociedades de advogados e Prefeituras. Desrespeito à Recomendação CNMP nº 36/2016. Determinação para não instauração de inquéritos e/ou Ações Cíveis Públicas por haver contratos firmados entre advogados e Municípios.

Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Origem: Paraíba

Incluído na Pauta da 11ª Sessão Ordinária de 2021 (10/08/2021)

29) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00160/2021-09

Requerente: Daniel Luis Dalberto

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público Federal. Conselho Superior. PGEA nº 1.00.000.008957/2009-95. 24º Concurso de Procurador da República. Momento da posse. Pedido de reforma de decisão administrativa, no sentido de se determinar reclassificação na lista de antiguidade.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2021 (18/10/2021 e 19/10/2021)

30) Proposição nº 1.01226/2021-14

Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de emenda regimental. Alteração do §6º, do art. 7º, e faz acréscimos ao art. 59, do RICNMP.

Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Extraordinária de 2022 (27/01/2022)

- 31) Conflito de Atribuições nº 1.00494/2021-73
Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessados: Adalvo Nunes Dourado Júnior; Leandro Bastos Nunes
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.012440/2020-14. Representação contra o Centro Universitário UNIRB por exigir que os professores da Instituição ministrem aulas remotas a partir do laboratório de informática e do estúdio de gravação da faculdade sem fornecer os materiais necessários para proteção e em descumprimento à determinação das autoridades públicas pelo fechamento das instituições de ensino durante o período de combate ao COVID-19.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Bahia
- 32) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01341/2021-70
Requerente: Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais
Advogado: Elias Miler da Silva – OAB/DF n.º 30.245
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Desconstituição de ato administrativo. Edição da Resolução Conjunta 01/2021. 1ª, 2ª e 3ª Promotorias de Justiça junto à Auditoria da Justiça Militar e à Secretaria de Estado da Polícia Militar. Desrespeito ao princípio da reserva legal. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Rio de Janeiro
- 33) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01378/2021-90
Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Orientação nº 12, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão. Retroatividade da lei sancionatória mais benéfica aos acusados. Prescrição intercorrente. Prazo máximo de conclusão de inquérito civil público para apuração de atos de improbidade administrativa. Alegação de violação à autonomia dos órgãos officiantes. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

- 34) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal

- 35) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03
Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica nº 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
- 36) Proposição nº 1.00540/2018-10
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Inclusão do § 5º ao art. 1º da Resolução CNMP nº 179/2017. Necessidade de aquiescência da pessoa jurídica interessada na hipótese específica de termo de ajustamento de conduta relativo a ato de improbidade administrativa.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
- 37) Pedido de Providências nº 1.00518/2019-06
Requerente: Nilo & Almeida Advogados Associados
Advogado: Edvaldo Nilo de Almeida – OAB/DF n.º 29502
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Contrato administrativo firmado entre Município de Barbacena e escritório advocatício. Propositura de ação visando à indenização advinda dos royalties de petróleo e gás natural. Recomendação expedida por representante ministerial. Rescisão de contrato. Alegação de ausência de contraditório, ampla defesa e outras irregularidades. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Minas Gerais
- 38) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00947/2020-07
Requerente: Karlheinz Johannes Krey de Meneses
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Negativa de fornecimento de cópia de processos.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Bahia
- 39) Proposição nº 1.00952/2020-75
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Inclusão do §8º ao art. 23, da Resolução CNMP n.º 156/2016. Política de Segurança Institucional. Lapso temporal.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal

- 40) Proposição nº 1.00271/2021-42
Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Dispõe sobre regras gerais regulamentares para concursos de ingresso na carreira do Ministério Público Brasileiro, consolidando as Resoluções nº 14/2006; nº 24/2007; nº 40/2009; nº 57/2010; nº 118/2014; nº 141/2016; nº 170/2017; nº 188/2018; nº 203/2019; nº 206/2019 e a Resolução nº 219/2020; o Enunciado nº 11/2016; e as Súmulas nº 4 e nº 5, de 2018; nº 6 e nº 7, de 2018, e nº 10 de 2018, e incluindo dispositivos com teor extraído das Recomendações nº 12/2009, nº 25/2014 e nº 40/2016 e sugerido na Proposta de Resolução nº 1.01141/2018-59.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
- 41) Reclamação Disciplinar nº 1.00579/2021-98 (Recurso Interno)
Recorrente: José Ulisses Montes Gama
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Maranhão
- 42) Conflito de Atribuições nº 1.00681/2021-39
Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.001361/2020-70. Apuração de possíveis atos de improbidade administrativa na administração dos recursos federais destinados à Secretaria Estadual de Educação para o Programa de Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica – PNAE.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Mato Grosso
- 43) Notícia de Fato nº 1.00742/2021-40 (Recurso Interno)
Recorrente: Julio Cesar Valadares Brahim
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Informa suposta irregularidade na atuação funcional.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Espírito Santo

- 44) Conflito de Atribuições nº 1.01025/2021-90
Requerente: Procuradoria da República – Maranhão
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Ministério Público do Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 1.19.005.000163/2017-71. Apuração de irregularidades nas ocupações irregulares de imóveis adquiridos por particulares por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) do Governo Federal. Município de Loreto/MA.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Maranhão
- 45) Consulta nº 1.01152/2021-06
Recorrente: Luciano Franca da Silveira Junior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Possibilidade de inscrição do membro do Ministério Público em algum conselho profissional que não seja a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Exercício profissional concomitante e privado, desde que haja compatibilidade de horário.
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Distrito Federal
- 46) Notícia de Fato nº 1.01155/2021-69 (Recurso Interno)
Recorrente: Daniel Barros Fonseca
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público Federal. Informa suposta irregularidade na atuação funcional.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 47) Reclamação Disciplinar nº 1.01270/2021-15 (Recurso Interno)
Recorrentes: Bruno Romero Pedrosa Monteiro; Monteiro e Monteiro Advogados Associados
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Maranhão
- 48) Pedido de Providências nº 1.01349/2021-00 (Recurso Interno)
Recorrente: José Edmar Arantes Ribeiro
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Notícia de Fato n.º 0596.21.000044-1. Apuração de supostas irregularidades cometidas no Presídio de Santa Rita do Sapucaí. Arquivamento. Alegação de descumprimento da Resolução CNMP n.º 174/2017.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Minas Gerais

- 49) Conflito de Atribuições nº 1.01460/2021-41
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.29.005.000164/2021-56. Apuração de possível irregularidade em loteamento situado em Pelotas, denominado Loteamento Recanto Cascata (Inquérito Civil nº 00824.00045/2019).
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Rio Grande do Sul
- 50) Conflito de Atribuições nº 1.01468/2021-80
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.28.000.001537/2021-93. Inquérito Civil nº 04.23.2243.0000182/2018-37. Efetividade ao Ponto Resolutivo nº 151 da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Favela Nova Brasília, da qual o Estado brasileiro foi notificado em 15 de maio de 2017.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Rio Grande do Norte

+

Processos desta Sessão (22/02/2022)

- 51) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00978/2020-96
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Militar
Advogados: Douglas Ivanowski Kirchner – OAB/DF nº 57332; Robson Sabino de Sousa – OAB/CE nº 16.141
Objeto: Membro do Ministério Público Militar. Reclamação Disciplinar nº 1.00470/2020-70. Publicação de artigos em sites jornalísticos.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 52) Reclamação Disciplinar nº 1.00983/2020-62 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)
Embargante: Sigiloso
Embargado: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Advogado: Raphael Guimarães Carneiro – OAB/SP nº 340299
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: São Paulo

- 53) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00997/2020-21 (Embargos de Declaração)
(Processo Sigiloso)
Embargante: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Alexandre Vitorino Silva – OAB/DF nº 15.774; Dayane Rabelo Queiroz – OAB/DF nº 59118; Bruna Cabral Vilela – OAB/DF nº 43447
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Pedido de Providências nº 1.00230/2019-50. Reclamação Disciplinar nº 1.00579/2019-37.
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Distrito Federal
- 54) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01026/2020-53 (Embargos de Declaração)
Embargante1: Marcellus de Albuquerque Ugiette
Advogado: Leonardo Sales de Aguiar – OAB/PE nº 24583
Embargados1: Corregedoria Nacional do Ministério Público; Ministério Público do Estado de Pernambuco
Embargante2: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Embargados2: Marcellus de Albuquerque Ugiette; Corregedoria Nacional do Ministério Público;
Advogado: Leonardo Sales de Aguiar – OAB/PE nº 24583
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Procedimento Administrativo Disciplinar nº 001/2018. Reclamação Disciplinar nº 1.00833/2018-43. Recebimento de vantagens indevidas para beneficiar réus em ações e execuções penais. Concessão de aposentadoria voluntária antes de julgamento de recurso. Perda do objeto.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Pernambuco
- 55) Pedido de Providências nº 1.00474/2021-84 (Embargos de Declaração)
Embargante: Coaracy José Oliveira da Fonseca
Embargado: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Representante ministerial no Conselho Penitenciário de Alagoas. Função remunerada. Vedação constitucional.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Alagoas
- 56) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00518/2021-67
Requerente: Antonio Forte de Souza Junior
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE nº 40.495
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Pedido de conversão de licenças-prêmio não gozadas em pecúnia.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Sergipe

- 57) Reclamação Disciplinar nº 1.00528/2021-01 (Embargos de Declaração)
Embargante: Pedro Antonio Andrade Porto
Advogado: Leonardo Cursino Rodrigues Ferreira – OAB/DF n.º 60.623
Embargado: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: São Paulo
- 58) Conflito de Atribuições nº 1.00542/2021-79
Requerente: Procuradoria da República – Maranhão
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Interessados: Eduardo Borges Oliveira; Marília Melo de Figueiredo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Ministério Público do Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.003302/2019-01. Apuração de notícia de que os moradores do assentamento Humaitá, na zona rural do Município de Timon/MA, criam seus animais soltos, o que vem gerando prejuízo aos demais moradores. Área pertencente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Maranhão
- 59) Conflito de Atribuições nº 1.00560/2021-50 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Procuradoria da República – Minas Gerais
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.22.026.000031/2021-92. Apuração da possível prática dos crimes de estelionato e homicídio praticados entre ocupantes do Projeto de Assentamento Bela Cruz. Comarca de Campina Verde/MG. Irregularidades na ocupação e exploração de lotes/parcelas no projeto de assentamento Bela Cruz Palmeira (Fazenda Água Limpa).
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Minas Gerais
- 60) Conflito de Atribuições nº 1.00566/2021-82
Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Interessados: Leonardo Andrade Macedo; Silvana de Oliveira
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.015201/2020-16. Apuração de suposto emprego de recursos do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação) para o pagamento de servidores inativos e aquisição de gêneros alimentícios pelo Município de Iturama/MG, entre janeiro a março de 2017.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Minas Gerais

- 61) Conflito de Atribuições nº 1.00620/2021-08
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.017416/2020-63. Apuração de irregularidades em pagamento de funcionários do Programa Nacional de Acesso e da Qualidade da Atenção Básica/PMAQ-AB, no ano de 2016. Município de Poço Branco/RN.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Rio Grande do Norte
- 62) Conflito de Atribuições nº 1.00645/2021-75
Requerente: Procuradoria da República – Piauí
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Piauí. Ministério Público do Estado do Piauí. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR 1.27.000.000261/2021-63. Apuração de indícios de crime envolvendo o INSS. Ofício nº 127/2021-SUPJ – Encaminha cópia integral da Notícia de Fato Nº 001766-368/2020, da 4ª PJ de Piripiri.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Piauí
- 63) Conflito de Atribuições nº 1.00711/2021-52
Requerente: Procuradoria da República – Amazonas
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Amazonas. Ministério Público do Estado do Amazonas. Conflito de atribuições. Procedimento PGR 1.13.000.000546/2021-90. Apurar suposto funcionamento irregular (lançar e queimar rejeitos) da C. R. MADEIREIRA AMAZONAS LTDA, em desacordo com regras emitida pelo IPAAM, em área localizada no Distrito de Santo Antônio do Matupi, Município de Manicoré/AM.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Amazonas
- 64) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00762/2021-39 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)
Embargante: Sigiloso
Embargado: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Cassação de decisão de arquivamento da NF n.º 596.9.109114/2020. Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia. Irregularidades na seleção de cotistas realizada pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Recomendação CNMP nº 41/2016. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Bahia

- 65) Avocação nº 1.00849/2021-60 (Embargos de Declaração)
Embargante: Alessandro Batista Ranieri
Embargados: Corregedoria do Ministério Público Federal; Procuradoria Geral da República
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria Geral da República. Arquivamento de representação no âmbito da Corregedoria do Ministério Público Federal. Denúncia de supostas irregularidades em instauração de processos éticos administrativos, bem como no cumprimento de carga horária por parte de servidores comissionados no Conselho Regional de Enfermagem do Pará.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Pará
- 66) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00942/2021-10 (Embargos de Declaração)
Embargante: Lucas Justino Ferreira
Embargado: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. 42º Concurso Público de Ingresso na Carreira do Ministério Público. Alegação de irregularidades na exclusão de candidato da lista de concorrência entre portadores de deficiência física.
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Santa Catarina
- 67) Conflito de Atribuições nº 1.00955/2021-26
Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuição. PR-RJ-00064063/2021. Apuração de construções irregulares na área do Museu Histórico de Duque de Caxias.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Rio de Janeiro
- 68) Conflito de Atribuições nº 1.01023/2021-82
Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.30.017.000020/2021-40. Apuração de possível crime de falsidade ideológica. Apreensão de documento e contracheques possivelmente falsos da Polícia Federal e do Ministério da Agricultura. Município de São João de Meriti/RJ.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Rio de Janeiro

- 69) Conflito de Atribuições nº 1.01105/2021-36
Requerente: Procuradoria da República – Amazonas
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Amazonas. Ministério Público do Estado do Amazonas. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.13.000.001130/2021-99. Apuração de suposto crime ambiental consubstanciado em queimar resíduo sólido a céu aberto (costaneiras e serragem), em instalação não licenciada para esse fim, em desacordo com a L.O nº 285/11-03. Empresa Três R. Comércio de Madeiras LTDA-ME. Município de Manicoré/AM.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Amazonas
- 70) Conflito de Atribuições nº 1.01168/2021-74
Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuições. Procedimento 1.00.000.012878/2017-99. Apuração de crime de agiotagem ou usura. Município de São João del Rei/MG.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Minas Gerais
- 71) Conflito de Atribuições nº 1.01172/2021-97
Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia
Requerido: Procuradoria da República – Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Procedimento IDEA n.º 058.9.10910/2018. Apuração de supostas irregularidades na prestação de contas de recursos do FUNDEF, no exercício de 2006, pelo ex-gestor de Capim Grosso/BA.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Bahia
- 72) Pedido de Providências nº 1.01220/2021-92 (Embargos de Declaração)
Embargante: José Augusto Pires Barbosa
Embargado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Promoção de arquivamento. Procedimento 0000.104-10.2020.817.1370. Apuração de omissão de socorro no Hospital Regional Professor Agamenon Magalhães – HOSPAM. Município de Serra Talhada/PE.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Pernambuco

- 73) Proposição nº 1.01227/2021-78
Requerente: Sandra Krieger Gonçalves
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Ministério Público e dispõe sobre a criação e manutenção, no âmbito do CNMP, de repositório online com dados de mulheres juristas brasileiras com expertise em diferentes áreas do Direito e que atuem em todas as áreas jurídicas – magistratura, Ministério Público, advocacia privada ou estatal, acadêmicas e servidoras públicas.
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Distrito Federal
- 74) Conflito de Atribuições nº 1.01240/2021-81
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Requerido: Procuradoria da República no Município de Corumbá/MS
Interessado: 5ª Promotoria de Justiça de Corumbá
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuições. Procedimento SAJMP nº 01.2021.00006594-0. Inquérito Civil nº 1.21.004.000196/2014-21. Apuração de existência de pagamento acima do teto constitucional a médico, alterando o sistema de internações e equipamentos doados. Santa Casa do Município de Corumbá/MS.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Mato Grosso do Sul
- 75) Conflito de Atribuições nº 1.01260/2021-70
Requerente: Procuradoria da República – São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 1.34.010.000058/2021-33. IC 14.0447.0001611/2017-4. Apuração de supostas irregularidades constatadas no relatório de auditoria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP) – processo TC 1858/026/12. Gastos com a aquisição de produtos para a merenda escolar, com eventual emprego de verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE. Município de Barrinha/SP.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: São Paulo
- 76) Conflito de Atribuições nº 1.01296/2021-36
Requerente: Procuradoria da República – São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000236/2021-49. Apuração de eventual irregularidade na celebração do Contrato de Gestão nº 020/2017 e aditamentos, celebrado entre a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Osasco/SP e a Organização Social Instituto Social Saúde e Resgate a Vida.
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: São Paulo

- 77) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01358/2021-09
Requerente: Andre Luis Alves de Melo
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Revisão da decisão do Conselho Superior, que determinou a continuidade do Procedimento Preparatório nº 0248.21.000017-5. Violação da independência funcional do Promotor de Estrela do Sul/MG. Indeferimento de sustentação oral.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Minas Gerais
- 78) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.01359/2021-54 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Sigiloso
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Afastamento de servidor ministerial por motivo de saúde. Alegação da não publicação de resultado de perícia médica, bem como do não fornecimento de cópia do laudo médico pericial. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: São Paulo
- 79) Conflito de Atribuições nº 1.01372/2021-68
Requerente: Ministério Público do Estado do Amazonas
Requerido: Procuradoria da República – Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. PP-1.13.000.001278/2020-42. Apuração de possíveis irregularidades em licitações para a contratação de serviço de transporte aéreo, após comunicação da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Amazonas
- 80) Conflito de Atribuições nº 1.01376/2021-82
Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná
Requerido: Procuradoria da República – Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público Federal. Conflito de atribuição. Inquérito Civil n.º MPPR-0068.17.000313-8. Apuração de possíveis irregularidades no assentamento Jorge Amado, no Município de Iretama/PR, após compromisso firmado com o Banco da Terra.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Paraná

- 81) Conflito de Atribuições nº 1.01432/2021-15
Requerente: Procuradoria da República – Paraíba
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado da Paraíba. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.24.002.000248/2021-04. IC 046.2018.003481. Apuração da ocorrência ou não de atos de improbidade administrativa praticados, em tese, pelo Prefeito de São Francisco/PB e servidoras municipais.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Paraíba
- 82) Conflito de Atribuições nº 1.01463/2021-02
Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.14.000.002086/2021-05. Apuração de suposta irregularidade ambiental na construção de edificação em Zona de Proteção Rigorosa, na Reserva Sapiranga, em Mata de São João.
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Bahia
- 83) Conflito de Atribuições nº 1.01465/2021-10
Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 1.14.008.000292/2021-0. Apuração de possível sonegação de contribuições previdenciárias pela Câmara de Vereadores de Jequié/BA, entre 2013 e 2014.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Bahia
- 84) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01478/2021-25
Requerente: Ana Carla Correa de Oliveira
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. LVIII Concurso de Promotor de Justiça Substituto. Alegação de ausência de critérios de correção. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Minas Gerais

- 85) Pedido de Providências nº 1.01481/2021-94
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Alegação de ausência de publicidade das sessões em que são julgados procedimentos disciplinares no Colégio de Procuradores, bem como de suas respectivas pautas e atas. Pedido de regulamentação sobre conversão de férias em pecúnia, bem como sobre pagamento de auxílio-transporte e sua devida comprovação. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Rio de Janeiro
- 86) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01485/2021-09
Requerente: Wyktor Lucas Meira
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. 32º Concurso Público para Ingresso na Carreira. Cargo de Promotor de Justiça Adjunto. Anulação das questões 2 e 3 das provas discursivas do Grupo II (Civil e Processo Civil). Retificação das pontuações aos candidatos e reclassificação para a próxima fase do certame. Pedido Liminar.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 87) Conflito de Atribuições nº 1.00014/2022-55
Requerente: Procuradoria Regional da República – Porto Alegre
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.04.000.000239/2021-18. Notícia de Fato SC 01.2021.00023504-0. Apuração de crime praticado pelo Prefeito de Criciúma/SC. Utilização de redes sociais.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Santa Catarina
- 88) Pedido de Providências nº 1.00017/2022-16
Requerente: José Geraldo de Souza
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Inquérito Policial n.º 1502393-45.2020.8.26.0510. Apuração de possíveis crimes de lesão corporal, ameaça, injúria e violação de domicílio. Arquivamento. Alegação de conduta parcial do representante ministerial.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: São Paulo
- 89) Notícia de Fato nº 1.00018/2022-70 (Recurso Interno)
Recorrente: Clessio Alves Sousa
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Informa suposta irregularidade na atuação funcional.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Bahia

- 90) Pedido de Providências nº 1.00022/2022-92
Requerente: Paulo Cardoso dos Santos Alves
Requeridos: Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado do Paraná; Procuradoria da República – Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Promoção de arquivamento. Procedimentos SIMP nº.002374-005/2021, 005894-001/2018, 6176/2018. Apuração de crime de tortura. Irregularidades em fornecimento de medicamentos.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Mato Grosso
- 91) Conflito de Atribuições nº 1.00051/2022-72
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Protocolo MP n.º 02.2021.00071161-0. Ação Penal n.º 0002735-19.2018.8.24.0038. Execução de pena de multa oriunda de sentença condenatória proferida pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville/SC.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Santa Catarina
- 92) Conflito de Atribuições nº 1.00053/2022-80
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Protocolo MP n.º 02.2021.00071144-3. Ação Penal n.º 0002735-19.2018.8.24.0038. Execução de pena de multa oriunda de sentença condenatória proferida pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville/SC.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Santa Catarina
- 93) Conflito de Atribuições nº 1.00060/2022-63
Requerente: Ministério Público do Estado do Pará
Requerido: Procuradoria da República – Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Ministério Público Federal no Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato SIMP 003548-030/2021. Procedimento Preparatório nº 1.23.001.000227/2019-11. Apuração de supostas irregularidades e desvios de verbas encaminhadas pelo BNDES, ICMBio, Município de Parauapebas e Vale, destinadas a projetos no PA APA do Igarapé Gelado, localizado no Município de Parauapebas/PA.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Pará

- 94) Conflito de Atribuições nº 1.00066/2022-95
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Policial nº 18/21. SIMP nº 016038-001-2021. Apuração de crime de estelionato, referente à venda de motocicleta através do site OLX, com vítima residente em Salvador/BA realizando transferência bancária para conta localizada em Cuiabá/MT.
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Mato Grosso
- 95) Conflito de Atribuições nº 1.00068/2022-00
Requerente: Ministério Público Federal
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.30.001.000242/2022-12. Apuração de possível prática de improbidade administrativa, no contexto de ascensão funcional irregular – provimento derivado inconstitucional – de empregados públicos da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A – NUCLEP. 17º Ofício da Procuradoria da República do Rio de Janeiro. Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Itaguaí.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio de Janeiro
- 96) Conflito de Atribuições nº 1.00069/2022-56
Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Policial 0006764-57.2019.8.16.0117. Apuração de possível crime de tentativa de estelionato, referente à compra de motor náutico Yamaha, com vítima residente em Itapoá/SC, realizando transferência bancária para agência localizada em Missal/PR, na Comarca de Medianeira/PR.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Paraná
- 97) Conflito de Atribuições nº 1.00078/2022-47
Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.33.007.000032/2022-62. Apuração de suposta construção irregular em área de preservação permanente e área de marinha, situada no Balneário Arroio Corrente, Município de Jaguaruna.
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Santa Catarina

- 98) Conflito de Atribuições nº 1.00083/2022-13
Requerente: Ministério Público do Estado de Goiás
Requerido: Procuradoria da República no Município de Anápolis
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Civil Público n.º 1.18.001.000268/2014-55. Apuração de inexistência ou deficiência de iluminação pública em trechos urbanos de rodovias federais que cortam a cidade de Anápolis/GO.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Goiás
- 99) Conflito de Atribuições nº 1.00090/2022-05
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuição. Autos n.º 0033147-32.2021.8.26.0050. Inquérito policial para apuração da prática, em tese, de tráfico de drogas, decorrente de apreensão de encomendas contendo substâncias anabolizantes na Central de Distribuição dos Correios em Belo Horizonte/MG.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: São Paulo
- 100) Conflito de Atribuições nº 1.00114/2022-90
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Policial n.º 0008590-28.2021.8.26.0196. Apuração de supostos crimes de furto mediante fraude. Promotoria de Justiça Auxiliar de Franca/SP. Promotoria de Justiça de Ceilândia/DF.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: São Paulo
- 101) Conflito de Atribuições nº 1.00125/2022-99
Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. IDEA Nº 003.9.224965/2019. Apuração de suposto crime de estelionato após vítima ter seu aplicativo de mensagens "Whatsapp" clonado, sendo-lhe exigida quantia para que o acesso fosse recuperado.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Bahia

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público